



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**Edital SECTI nº003/2025**  
**Processo Seletivo Simplificado**

**Estabelece normas para seleção e contratação, em regime de designação temporária, de professores (as) habilitados (as) e de profissionais do magistério licenciados em pedagogia para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da rede pública estadual de ensino para atuação nos Centros Estaduais de Educação Técnica - CEETs.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei 3.043/75, e tendo em vista o disposto nos artigos 31 a 38 da Lei Complementar nº 115 de 13/01/98, e a Lei nº 9.971/2012 de 27/12/2012, alterada pela Lei nº 10.039/2013 de 10/06/2013 e a Lei 809/2015 de 24/09/2015, torna público o processo de seleção de profissionais do magistério, **habilitados**, para atuação na Educação Especial, a serem contratados em regime de designação temporária para atender às necessidades de excepcional interesse público na rede estadual de ensino, no âmbito da educação profissional.

**1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**1.1** – O Processo Seletivo Simplificado destina-se à composição de cadastro de reserva com vistas à contratação de profissionais para atuarem na Educação Especial dos cursos Técnicos de Educação Profissional, em regime de Designação Temporária, para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 809/2015 para atendimento nas escolas sob gestão da SECTI nos municípios de João Neiva, Castelo, Vargem Alta e Região da Grande Vitória.

**1.2.** Os candidatos contratados estarão subordinados à Lei Complementar nº 809, de 24 de setembro de 2015 e de forma subsidiária à Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998 e alterações e à Lei nº 5.580, de 13 de janeiro de 1998 e alterações.

**1.3.** O processo seletivo de que trata este Edital será realizado por meio das etapas de:

- a) Inscrição;
- b) Convocação para comprovação das informações declaradas no ato da inscrição e dos documentos pessoais;
- c) Formalização do Contrato de Trabalho (se convocado).

1.3.1. A primeira e a segunda etapa serão totalmente informatizadas, salvo em situações de força maior regulamentadas pela Administração Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

1.3.2. A terceira etapa acontecerá de forma presencial.

**1.4.** A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não garante a contratação do candidato, mas apenas a expectativa de convocação para atender às necessidades da rede escolar pública estadual, observando rigorosamente a ordem de classificação.

**1.5.** Caberá à Comissão Central, a ser instituída pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI) através de Portaria própria, a coordenação geral do processo de seleção de que trata o item anterior.

**1.6**—As etapas de chamada e de contratação do processo de seleção, regulamentados por este Edital, serão divulgadas em no site [selecao.es.gov.br](http://selecao.es.gov.br).

## **2 – DOS CARGOS/FUNÇÕES**

**2.1**— Os cargos/modalidades, componentes curriculares (disciplinas) e pré-requisitos, objeto deste processo seletivo simplificado, estão descritos no Anexo I deste Edital.

**2.2** –A modalidade/etapa em que o candidato à regência de classe em designação temporária poderá atuar, de acordo com a sua classificação e escolha é a **Educação Especial para cursos Técnicos de Nível Médio da Educação Profissional**

## **3 – DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO**

**3.1** –Para efeito de remuneração será observado o disposto nos Artigos 37 e 38 da Lei Complementar Nº 115/98 (D.O de 14/01/98) e da Lei 428 (D.O. de 18/12/2007) conforme quadro a seguir:

<b>CARGO</b>	<b>NÍVEL/ REFERÊNCIA</b>	<b>REMUNERAÇÃO  (CH 25h)  Tabela em vigor</b>	<b>QUALIFICAÇÃO</b>
	IV. 01	<b>R\$ 3.412,91</b>	Portador de Curso de Licenciatura Plena ou Programa Especial de Formação Pedagógica.
	V. 01	<b>R\$ 3.583,56</b>	Portador de Curso de Licenciatura Plena, acrescida de Pós-Graduação “lato sensu” Especialização em Educação ou na própria



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

			área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.
	VI. 01	<b>R\$ 4.658,62</b>	Portador de Curso de Licenciatura Plena, acrescido de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.
	VII. 01	<b>R\$ 6.289,14</b>	Portador de Curso de Licenciatura Plena, acrescido de Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.

**3.2 – Os candidatos contratados serão enquadrados e remunerados na referência do maior título apresentado no momento de sua convocação.**

**3.2.1.** Para fins de enquadramento, o candidato poderá apresentar à banca examinadora ou comissão regional no máximo 1 (um) título. A análise, será restrita a esse único título apresentado, não sendo permitido submeter mais de um título para efetivação do enquadramento e remuneração. Além disso, após a submissão, não será permitida a troca de documentos apresentados.

**3.2.2.** Caso a banca examinadora ou a comissão regional tenha dúvidas quanto à titulação apresentada, o candidato será enquadrado na referência do título exigido como pré-requisito pelo período de até 30 (trinta) dias, até que a documentação seja auditada. Constatada a regularidade dos documentos e a conformidade dos títulos com as exigências do Edital para



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

enquadramento nos níveis/referências V, VI ou VII, a SECTI providenciará o pagamento retroativo à data de início do contrato, de acordo com o enquadramento correto.

**3.2.3.** Constatando-se, a qualquer momento, irregularidade na documentação apresentada pelo candidato contratado para fins de atendimento ao subitem 8.5.6 (pós-graduação), o candidato terá 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação da irregularidade, para apresentar a documentação regularizada. Caso a regularização não ocorra no prazo estipulado, o candidato terá seu contrato cessado e, quando necessário, será instruído processo administrativo disciplinar.

**3.3 –** A mudança de nível prevista na Lei Complementar nº 115/1998 **NÃO** se aplica a candidatos contratados por este Edital.

**3.4 –** A carga horária semanal corresponderá às necessidades das unidades escolares. É prerrogativa exclusiva da SECTI a definição da carga horária e do turno de trabalho oferecidos de forma a atender à meta de redução de contratos temporários estabelecida na Lei Complementar nº 809/2015.

**3.4.1 –** Por excepcional interesse e necessidade da rede estadual de ensino a carga horária semanal do (a) professor (a) poderá ser modificada, desde que respeitados os preceitos legais.

## **4 – DAS VAGAS**

**4.1 –** Os (As) candidatos (as) selecionados (as) por meio do processo seletivo regulamentado por este Edital, comporão cadastro de reserva a ser utilizado de acordo com a necessidade identificada, em atendimento às características e às especificidades dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de Formação Inicial e Continuada do Programa Qualificar ES ofertados pela SECTI e CEETs.

## **5. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, NEGROS E INDÍGENAS**

**5.1.** Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, selecionar a opção correspondente à reserva de vagas desejada: Pessoa com Deficiência, Negro ou Indígena.

**5.2.** Para todos os cargos, as contratações realizadas durante o ano letivo, considerando o componente curricular, campo de atuação e município, respeitarão as seguintes proporções:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

I - 5% (cinco por cento) para reserva de vaga para pessoa indígena, na forma estabelecida na Lei Estadual nº 12.010, de 22 de dezembro de 2023.

II - 10% (dez por cento) para reserva de vaga para Pessoa com Deficiência, na forma da Lei Estadual nº 4.531, de 26 de junho de 1991, e alterações, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, e alterações, da Lei Estadual nº 7.050, de 03 de janeiro de 2002, e alterações, e da Lei Estadual nº 12.009, de 22 de dezembro de 2023.

III - 20% (vinte por cento) para reserva de vaga para negros, na forma estabelecida na Lei Estadual nº 12.010, de 22 de dezembro de 2023. 5.3. O laudo citado no item 5.2 deverá ser apresentado junto aos demais documentos comprobatórios na 2ª etapa.

**5.3. Para comprovar a condição de Pessoa com Deficiência**, o candidato inscrito nessa categoria deverá apresentar um laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID, versões 10 ou 11), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações. Serão considerados os laudos emitidos nos últimos 12 (doze) meses, com referência à data da convocação, com exceção dos documentos emitidos nos termos da Lei Nº 11.134, de 02 de junho de 2020. 5.5 A inobservância do disposto nos itens 5.2 e 5.3 acarretará na perda do direito à contratação na condição de Pessoa com Deficiência (PcD).

**5.3.1.** A inobservância do disposto no subitem 5.3 acarretará a perda do direito às vagas reservadas, conforme previsto no inciso II do subitem 5.2 deste Edital, ficando o candidato sujeito à observância de sua classificação na lista de ampla concorrência.

**5.4. Para concorrer às vagas reservadas para pessoa negra**, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, preencher a Autodeclaração Étnico-Racial se declarando Preto ou Pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, de acordo com o Anexo IV.

5.4.1. Em caso de denúncia quanto a falsidade da Autodeclaração Étnico-Racial o candidato denunciado será convocado para avaliação por banca recursal de heteroidentificação que será instituída em portaria própria.

5.4.2. A avaliação que trata o subitem anterior poderá ocorrer de forma presencial, por análise de fotos ou por vídeos chamadas, nos padrões a serem divulgados posteriormente e utilizará como critério de avaliação o fenótipo do candidato.

5.4.3. O deslocamento logístico, os recursos tecnológicos, as providências e envio de fotografias serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.4. Em caso de não cumprimento, pelo candidato, dos prazos e agendamentos dos trâmites previstos nos subitens 5.4.2 e 5.4.3, o candidato não poderá realizá-los posteriormente e terá seu contrato cessado.

**5.5.** Para concorrer às vagas reservadas para indígenas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas, preencher a



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

Declaração de Pertencimento Étnico assinada pelo Cacique da respectiva comunidade, conforme o Anexo V.

**5.6.** A inobservância ao disposto nos subitens 5.1 a 5.5 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas, ficando o candidato sujeito à sua classificação na lista de ampla concorrência do resultado do Processo Seletivo.

**5.7.** Os candidatos que não forem reconhecidos como negros ou indígenas, cuja declaração resulte de erro por falsa percepção da realidade, sem má-fé, continuarão participando do Processo Seletivo para as vagas destinadas à ampla concorrência.

**5.8.** As informações prestadas pelo candidato, no ato da inscrição serão presumidas verdadeiras, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, no caso de constatação de declaração falsa.

**5.9.** Verificada a falsidade da declaração, o candidato será eliminado do Processo Seletivo e, caso já tenha sido contratado, ficará sujeito à rescisão da contratação, após procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**5.10.** A não classificação do candidato como pessoa negra ou indígena não configura discriminação de qualquer tipo.

**5.11.** O candidato contratado na condição de Pessoa com Deficiência, Negra ou Indígena perderá, automaticamente, a sua classificação no resultado da lista de ampla concorrência.

**5.11.1.** O candidato contratado pela lista de ampla concorrência perderá, automaticamente, a sua classificação na lista de vagas reservadas.

**5.12.** O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, Negra ou Indígena participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação de títulos e aos critérios de classificação, exigidos para todos os demais candidatos.

**5.12.1.** Considerando a igualdade de condições entre os candidatos nos critérios de avaliação e de classificação, quando convocado para análise de documentos ou para a formalização do contrato de trabalho, a situação obtida: deferido, contratado, reclassificado ou eliminado será aplicada para o candidato considerando a inscrição para o cargo e município para o qual foi convocado.

**5.12.2.** A situação: deferido, contratado, reclassificado ou eliminado será aplicada para todas as listas, ou seja, quando estiver inscrito para determinado cargo figurando na lista de ampla concorrência e em outra referente às vagas reservadas, o registro da situação será aplicado para todas as listas referentes ao cargo e município para o qual foi convocado.

**5.12.3.** O candidato inscrito para as vagas reservadas e que não apresentar a documentação comprobatória será excluído da concorrência das vagas reservadas, terá a exclusão registrada em ata e terá sua situação registrada e válida apenas na lista de ampla concorrência.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**5.13.** Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos para as vagas reservadas às Pessoa com Deficiência, Negra ou Indígena, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

## **6 – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

**6.1** – O Processo Seletivo compreenderá as seguintes etapas:

**a) 1ª ETAPA - Inscrição:** será realizada eletronicamente através do site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), de acordo com os requisitos estabelecidos para cada cargo, dispostos nos Anexos I e II deste Edital.

**b) 2ª ETAPA - Convocação para Comprovação das Informações Declaradas no Ato da Inscrição e dos Documentos Pessoais:** as convocações dos candidatos classificados serão realizadas por ato próprio, divulgado no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br).

**c) 3ª ETAPA - Formalização de Contrato:** as convocações dos candidatos classificados serão realizadas por ato próprio, divulgado no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br).

## **7 – DA INSCRIÇÃO – 1ª ETAPA**

**7.1.** As inscrições serão realizadas **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, devendo o candidato acessar o site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), no período das **10h do dia 03/07/2025 até às 17h do dia 10/07/2025**, observado o fuso-horário de Brasília/DF.

**7.1.1.** O candidato poderá realizar até DUAS inscrições diferentes por área de atuação.

**7.2.** A SECTI não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica do sistema informatizado, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

**7.3** – São requisitos para a inscrição:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter, na data da convocação, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

III - possuir a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos para o cargo, conforme descrito no Anexo I deste Edital;

IV - não se enquadrar nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e § 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, alterados pela Emenda Constitucional nº 19/1998, no Decreto nº 2.724-R, de 06 de abril de 2011, publicado no DOES em 07 de abril de 2011, e no Decreto nº 4.702-R, de 30 de julho de 2020, publicado no DOES em 31 de julho de 2020.

7.3.1. O candidato que não atender a todos os requisitos exigidos nos incisos do subitem 7.3 será **ELIMINADO** do Processo Seletivo.

**7.4.** No ato da inscrição, o candidato deverá informar o nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano), CPF, carteira de identidade, endereço residencial completo, município que pretende atuar, componente curricular e, quando aplicável, indicar se é pessoa com deficiência, negro ou indígena.

7.4.1 O candidato que, no momento da inscrição, informar a data de nascimento diferente do registro do CPF e do RG será **RECLASSIFICADO**.

**7.5.** As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. A SECTI reserva-se o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o documento oficial de forma completa e correta, ou fornecer dados inverídicos.

**7.6.** Não serão aceitas inscrições condicionais, via e-mail, correspondências ou de outra forma não prevista neste Edital e fora do prazo estabelecido no subitem 7.1.

**7.7.** O candidato que se enquadrar na previsão do subitem 8.3.3, deverá verificar se os dados extraídos estão corretos e apenas confirmar a inscrição se concordar com as informações extraídas.

**7.8 - APÓS A CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO, NÃO SERÃO ACEITOS PEDIDOS PARA ALTERAÇÃO DE QUALQUER INFORMAÇÃO OU PARA SUA EXCLUSÃO.**

**7.9** - Ao finalizar a inscrição neste Edital, o candidato aceita que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados para possibilitar a execução do Processo Seletivo, aplicando os critérios de avaliação e seleção. O candidato autoriza expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

transparência que regem a Administração Pública, conforme os termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**7.10** - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar desconhecimento de nenhuma

## **8 – DA AVALIAÇÃO DO PRÉ-REQUISITO E DOS TÍTULOS**

**8.1. A comprovação do PRÉ-REQUISITO, conforme detalhado no Anexo I, deverá ser realizada por meio dos seguintes documentos:**

I - Diploma de graduação (frente e verso) **E** histórico escolar; OU Declaração de conclusão do curso com a data em que ocorreu a colação de grau **E** histórico escolar.

II - Quando a especialização for exigida como pré-requisito, o candidato deverá apresentar adicionalmente os seguintes documentos: certificado de curso de pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) com carga mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas **E** histórico escolar. A documentação deverá estar em conformidade com a resolução de amparo legal, bem como atender às especificações detalhadas nos subitens 7.5 ao 7.5.7 do Edital.

8.1.1 A documentação mencionada nos incisos I e II do subitem 7.1 deve incluir, de forma obrigatória e em cumprimento ao Decreto nº 3.046-R/2012, que regulamentou a Lei nº 5.580/1998, as seguintes informações:

I - Atos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso;

II - Atos de credenciamento ou credenciamento da Instituição de Educação Superior - IES;

III - Identificação legível do responsável pela IES;

IV - Identificação legível do responsável pela emissão do documento.

8.1.2 - Para os documentos educacionais obtidos no exterior, mencionados no inciso I do subitem 8.1, é necessário realizar o processo de revalidação dos diplomas de graduação pelo órgão competente nacional. Esse procedimento deve estar em estrita conformidade com a legislação vigente, especificamente com a Resolução CES nº 1, de 25 de julho de 2022, e a Portaria nº 1.151, de 19 de junho de 2023.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

8.1.3 - Candidatos que concluíram a graduação há mais de doze meses, são obrigados a apresentar o diploma de conclusão do curso superior. O diploma deve estar devidamente registrado por uma universidade ou centro universitário reconhecido. A exigência está de acordo com o artigo 48 da Lei nº 9.394/1996 e é reforçada pela Portaria Ministerial nº 1.095/2018, que regulamenta a emissão e o registro de diplomas de cursos de graduação no Sistema Federal de Ensino.

8.1.4 - Os Certificados e Diplomas de Formação Pedagógica emitidos pelo Programa de Formação Pedagógica para Docentes, quando apresentados como pré-requisitos, devem estar em conformidade com as resoluções aplicáveis.

8.1.4.1 - Os Certificados e Diplomas obtidos através do Programa de Formação Pedagógica para Docentes devem ser apresentados juntamente com o respectivo histórico escolar completo. Adicionalmente, é necessário incluir o diploma de Bacharel ou de Tecnólogo. Todos esses documentos devem ser acompanhados do histórico escolar correspondente.

8.1.4.2 - É imprescindível a entrega do diploma de Bacharel ou de Tecnólogo para o candidato que apresentar certificados de Formação Pedagógica para Docentes. A não apresentação do diploma resultará na **ELIMINAÇÃO** do candidato no Processo Seletivo.

8.1.5 - O candidato que apresentar um diploma de segunda licenciatura, conforme determinado pelas resoluções aplicáveis, deverá fornecer, adicionalmente, uma cópia do histórico escolar correspondente à segunda graduação, bem como uma cópia do diploma da primeira licenciatura, acompanhada do respectivo histórico escolar.

8.1.5.1 - É imprescindível a entrega do diploma da primeira Licenciatura para o candidato que apresentar diploma de segunda licenciatura. A não apresentação do diploma resultará na **ELIMINAÇÃO** do candidato no Processo Seletivo.

8.1.6 - Conforme a Lei nº 5.580/1998, certificados de complementação de estudos não serão aceitos como substitutos de uma licenciatura.

**8.1.7 - PARA FINS DESTES PROCESSOS SELETIVOS, O NÍVEL SUPERIOR COMPREENDE BACHARELADO, LICENCIATURA E TECNÓLOGO, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 9.394/1996.**

**8.2 - Para a avaliação de títulos, serão considerados os seguintes itens:**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

I - experiência profissional no cargo/área pleiteado, de acordo com a modalidade escolhida no momento da inscrição, conforme exigências dos subitens 8.3 ao 8.3.6 e do Anexo II;

II - experiência de estágio, conforme exigências dos subitens 8.4 ao 8.4.3 e do Anexo II;

III - qualificação profissional, por meio de apresentação de até 2 (dois) título por categoria, conforme exigências dos subitens 8.5 ao 8.5.9.4 e do Anexo II.

8.2.1 Atribuição de Pontos na Avaliação de Títulos - Os pontos atribuídos durante a avaliação dos títulos seguirão rigorosamente os critérios especificados no Anexo II deste Edital. Cada título será pontuado de acordo com os parâmetros estabelecidos, garantindo uma avaliação justa e transparente. Recomenda-se aos candidatos que consultem o Anexo II para verificar os critérios detalhados e a pontuação correspondente a cada tipo de título apresentado.

8.2.2 O candidato poderá declarar sua experiência profissional ou de estágio sem restrição de data ou período trabalhado, entretanto deverá se atentar para as formas de comprovação estabelecidas nos subitens 8.3.6 ao 8.4.3.

**8.3 - Da avaliação da experiência profissional:**

8.3.1. Será considerada como experiência no cargo/área pleiteado a atuação como professor de atendimento educacional técnico especializado em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior (Graduação e Pós-Graduação).

8.3.2 Não será permitida a contagem cumulativa de tempo de serviço e de estágio para períodos trabalhados simultaneamente em mais de um cargo, emprego ou função. Essa vedação aplica-se aos três níveis do Poder Público (Federal, Estadual e Municipal), bem como as Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas e Privadas.

8.3.2. O tempo de serviço em trabalhos voluntários **NÃO** será considerado para fins deste Edital.

**8.3.3 - A comprovação de experiência profissional, dar-se-á por meio de:**

**I - EM ÓRGÃO PÚBLICO:**

**a) Documento expedido pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, considerando a Administração Pública Direta ou Indireta**, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos da Secretaria de Administração ou declaração emitida por sites oficiais que contenham autenticação eletrônica, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido e os cargos/funções exercidas, comprovando a atuação, em acordo com o Anexo II; **OU**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**b) Declaração em papel timbrado** expedida pela instituição onde atuou, contendo assinatura do responsável legal da instituição ou pela chefia imediata ou pelo setor de Recursos Humanos da Instituição, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido e os cargos/funções exercidas, comprovando a atuação, em acordo com Anexo II.

**II - NA INICIATIVA PRIVADA:**

**a) CARTEIRA DE TRABALHO** (páginas de identificação com foto, dados pessoais e registro(s) do(s) contrato(s) de trabalho) **E DECLARAÇÃO** em papel timbrado, contendo a assinatura do responsável legal da instituição, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido e os cargos/funções exercidas, comprovando a atuação, em acordo com o Anexo II; **OU**

**b) CARTEIRA DE TRABALHO PROFISSIONAL DIGITAL** (onde constam nome civil, data de nascimento, sexo, nome da mãe, nacionalidade, CPF e registro do(s) contrato(s) de trabalho) **E DECLARAÇÃO** expedida pela instituição onde atuou, em papel timbrado, contendo a assinatura do responsável legal da instituição, chefia imediata ou setor de Recursos Humanos da Instituição, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido e os cargos/funções exercidas, comprovando a atuação, em acordo com o Anexo II.

**8.4 - Da avaliação da experiência de estágio:**

8.4.1 Considera-se como experiência de estágio, para todos os cargos, o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos de cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura ou Tecnólogo).

8.4.2 A experiência de estágio deverá ser indicada em campo específico no ato da inscrição, conforme Anexo II.

8.4.3 A comprovação da experiência de estágio, para todos os cargos, dar-se-á por meio de:

**I - EM ÓRGÃO PÚBLICO:**

**a) Termo de Rescisão de Estágio; OU**

**b) Documento expedido pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, considerando a Administração Pública Direta e Indireta**, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos da Secretaria de Administração, ou declaração emitida por sites oficiais que contenham autenticação eletrônica, ou documento expedido pela instituição onde atuou, contendo a identificação do responsável legal pela emissão do documento, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido que comprove a experiência de estágio, de acordo com o Anexo II.

**II - NA INICIATIVA PRIVADA:**

**a) Termo de Rescisão de Estágio; OU**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**b) Termo de compromisso de estágio E Declaração** que comprove a experiência de estágio, devidamente assinada pelo responsável da instituição, ou pela chefia imediata ou pelo setor de Recursos Humanos da Instituição, especificando o período (dia, mês e ano) compreendido, de acordo com o Anexo II.

**8.5 - Da avaliação da qualificação profissional**

8.5.1 Serão considerados como qualificação profissional duas categorias: I) curso de pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) e II) curso de formação continuada, conforme detalhado no Anexo II deste Edital.

8.5.1.1 O candidato poderá declarar apenas um título por categoria, situação em que fica vedada a cumulatividade de pontos.

8.5.2 Os cursos de pós-graduações só serão considerados para candidatos diplomados em cursos de graduação.

**8.5.2.1 Candidatos que possuem curso de pós-graduação com data anterior ao da graduação apresentada como pré-requisito deverão enviar também o diploma da primeira graduação acompanhado do respectivo histórico escolar.**

8.5.2.2 A falta do envio da documentação exigida para comprovar a data de conclusão da primeira graduação anterior à pós-graduação acarretará a RECLASSIFICAÇÃO do candidato, exceto quando a pós-graduação for exigida como pré-requisito, caso em que o candidato será ELIMINADO.

8.5.3 Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) e *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) serão considerados desde que estejam em conformidade com as exigências estabelecidas pela Lei nº 5.580/1998, Decreto nº 3.046-R/2012 e as respectivas legislações aplicáveis: Resoluções: **Res. Nº 12/83; Res. Nº 03/99; Res. Nº 01/01; Res. Nº 01/07; ou Res. CNE/CES 2/2014.**

8.5.3.1 Serão considerados apenas os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

8.5.4 Quando verificada alguma inconsistência relacionada aos registros no sistema e-Mec dos certificados oriundos de Instituições de Ensino Superior - IES, cuja Lei lhe confere autonomia, **será concedido ao candidato o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar uma Declaração de Justificativa da Inconsistência, emitida pela instituição que registrou o certificado.**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

8.5.5.1 Deverão constar na declaração prevista no subitem 8.5.4 os dados pessoais do candidato, informações básicas do curso e assinatura eletrônica passível de verificação de autenticidade em sítio eletrônico oficial, conforme os padrões estabelecidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

8.5.5.2 O candidato que não apresentar a documentação especificada nos subitens 8.5.4 e 8.5.5.1, dentro do prazo estabelecido, a contar da data de comunicação, terá seu contrato cessado.

**8.5.6 - A comprovação da qualificação profissional, para todos os cargos, dar-se-á por meio de:**

**I - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO):** Certificado de curso de pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, em conformidade com a resolução de amparo **E** histórico escolar; **OU** Certidão de conclusão do curso de pós-graduação *Lato Sensu* (Especialização) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, em conformidade com a resolução de amparo **E** histórico escolar.

**II - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO):** Diploma de curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, com defesa e aprovação da dissertação **E** histórico escolar; **OU** Certidão de conclusão de curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, com defesa e aprovação da dissertação **E** histórico escolar.

**III - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (DOUTORADO):** Diploma de curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, com defesa e aprovação da tese **E** histórico escolar; **OU** Certidão de conclusão do curso de pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) na área da Educação e/ou área afim, que esteja relacionada com a habilitação do candidato, com defesa e aprovação da tese **E** histórico escolar.

**IV - FORMAÇÃO CONTINUADA:** Certificado/Declaração de Curso de Formação Continuada na área da Educação ou na área de formação do candidato.

8.5.7 Para garantir a conformidade regulatória, os documentos mencionados nos incisos I e III do subitem 8.5.6 devem obrigatoriamente incluir comprovações oficiais. Isso envolve a apresentação de atos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso, bem como comprovantes de credenciamento ou reconhecimento da Instituição de Educação Superior. Adicionalmente, é indispensável que esses documentos contenham a



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

identificação clara e legível do dirigente da Instituição de Ensino superior responsável e da autoridade que emitiu o documento.

8.5.8 Para os documentos de formação educacional obtidos no exterior mencionados nos incisos II e III do subitem 8.5.6, é obrigatório a obtenção do reconhecimento formal pela autoridade educacional brasileira competente. Esse processo deve estar em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CES nº 1, de 25 de julho de 2022, e pela Portaria nº 1.151, de 19 de junho de 2023, alinhado ao artigo 48, §3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

8.5.9 Para comprovar o curso mencionado no inciso IV do subitem 8.5.6, o candidato deverá apresentar um certificado ou declaração emitido por uma das seguintes entidades: Escolas de Educação Básica (públicas ou privadas) devidamente credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação - CEE ou pelo Conselho Municipal de Educação - CME, conforme aplicável; Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC; Centros de Formação de Magistério da Administração Pública; Secretarias Públicas de Educação; Sistema S; ou diretamente pelo Ministério da Educação.

8.5.9.1 Deverá conter no certificado do curso de formação continuada, obrigatoriamente, a identificação da instituição formadora, o período de realização (dia, mês e ano), a carga horária e o conteúdo programático.

8.5.9.2 - O curso de formação continuada realizado no exterior só terá validade quando acompanhado por documento expedido por tradutor juramentado.

8.5.9.3 Não serão considerados cursos técnicos, de graduação ou de pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*) como comprovação de curso de formação continuada.

8.5.9.4 **Só será considerado 1 (um) certificado para comprovação do curso de formação.**

**8.6** - Na etapa de análise documental, na hipótese de não apresentação do histórico escolar para comprovação do pré-requisito, o candidato será **RECLASSIFICADO**.

**8.7** - Na hipótese da não comprovação dos títulos declarados no ato da inscrição (qualificação profissional, experiência profissional ou experiência de estágio) e/ou do não atendimento das exigências previstas nos subitens 8.3 ao 8.5.9.4, o candidato será **RECLASSIFICADO**.

**8.8** - A não comprovação dos requisitos mínimos exigidos para o cargo acarretará a **ELIMINAÇÃO** do candidato.

**8.9** As instituições sem fins lucrativos autorizadas a emitir certificados de cursos exigidos como pré-requisito para atuação na Educação Especial no Espírito Santo são:

a) Associação Brasileira para Altas Habilidades/superdotados – ABAHSD;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

- b) Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo – AMAES;
- c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE;
- d) Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais;
- e) Escola de Excepcionais Nossa Senhora da Penha – EXPENHA;
- f) Associação Pestalozzi;
- g) União de Cegos D. Pedro II – UNICEP.

## **9 – DA CLASSIFICAÇÃO**

**9.1** - Os candidatos serão classificados por área de atuação e município, observada a lista de ampla concorrência e correspondente à reserva de vagas aos candidatos com deficiência, negros e indígenas.

**9.2** - Para todas áreas de atuação e município, na hipótese de empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- I - maior pontuação na contagem de experiência profissional e experiência de estágio;
- II - maior pontuação na qualificação profissional;
- III - maior idade, considerando dia, mês e ano.

**8.3 - O resultado da 1ª etapa** será disponibilizado no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br) **EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS O TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES**, por meio de quatro listas, a saber:

- I - ampla concorrência: lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive os inscritos como candidatos com deficiência, negros e indígenas;
- II - candidatos com deficiência: lista contendo a classificação exclusivamente dos inscritos como Candidato com Deficiência;
- III - candidatos negros: lista contendo a classificação exclusivamente dos inscritos como Candidato Negro;
- IV - candidatos Indígenas: lista contendo a classificação exclusivamente dos inscritos como Candidato indígena.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**9 – DA CONVOCAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS NO**  
**ATO DA INSCRIÇÃO E DOS DOCUMENTOS PESSOAIS - 2ª ETAPA**

**9.1** O preenchimento de vagas será feito de acordo com o disposto no art. 31, seus incisos e parágrafo único, da Lei Complementar Nº. 115/98 (D.O. de 14/01/98).

**9.2** A convocação para a 2ª etapa será divulgada por meio de Ato de Convocação, a ser publicado no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), na aba do processos seletivos, local em que o candidato deverá acessar as publicações relacionadas a este Edital.

9.2.1 O candidato deverá apresentar a documentação solicitada no prazo estabelecido no ato de convocação. O prazo será definido de acordo com a necessidade da rede escolar pública estadual no momento da convocação.

9.2.2. O candidato deverá apresentar a documentação obedecendo a todas as regras contidas no Ato de Convocação, especialmente respeitando o formato do título do documento, o local (grupo e setor) da plataforma de envio e a data estabelecida. O não atendimento das regras contidas no Ato de Convocação acarretará a RECLASSIFICAÇÃO.

**9.2.3 - Recomenda-se que o candidato acesse diariamente as publicações relacionadas ao Processo Seletivo para o qual está inscrito.**

9.2.4 O número de candidatos convocados para esta etapa poderá ser superior ao das vagas disponíveis e a convocação não garante a contratação, mas apenas a expectativa de formalização do contrato.

9.2.4.1 A análise da documentação enviada pelo candidato será de acordo com a necessidade da Administração Pública.

**9.3 - Para a comprovação do pré-requisito, qualificação profissional, experiência profissional e experiência de estágio o candidato deverá observar atentamente todas as especificações detalhadas nos Anexos I e II, no item 8 e seus subitens.**

**9.4 -** O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de enviar sua documentação poderá designar um procurador que informará em campo próprio que a documentação está sendo enviada por terceiros.

**9.4.1 -** O procurador deverá **informar em campo próprio, incluir uma procuração e seu documento de identificação com foto.**

**9.4.2 -** A procuração deverá ser elaborada de acordo com os termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 654 do Código Civil, inclusive quanto ao reconhecimento da firma.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**9.4.3** - Os poderes conferidos ao procurador restringem-se apenas ao envio de documentos, à identificação de posto de trabalho e à formalização do contrato, não cabendo, em hipótese alguma, conferi-los quanto à assunção do exercício.

**9.4.4** - O candidato que enviar a procuração fora do padrão determinado no subitem 9.4 a 9.4.3 será **RECLASSIFICADO**.

**9.4.5** - O candidato que enviar documentos por terceiros e não encaminhar a procuração será **RECLASSIFICADO**.

**9.5** - Quando convocado para participar da 2ª etapa, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, cópia legível dos documentos abaixo:

**I - Ficha de Inscrição Detalhada**, gerada pelo sistema SELEÇÃO DT ([www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br)), no Painel do Candidato → Comprovante de Inscrição);

**II - Comprovante de Situação Cadastral do CPF**, a ser retirado no site da Receita Federal <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>, **comprovando a regularidade cadastral do CPF**, emitido em até 30 (trinta) dias antes da convocação;

**III - Comprovação do PIS/PASEP**, TODOS os candidatos deverão acessar o site: <https://cnisnet.inss.gov.br/cnisinternet/faces/pages/index.xhtml>, clicar na opção de cidadão → clicar na aba de inscrição → escolher a opção de filiado → imprimir a página que informa o Número de Identificação - NIT. O candidato que não conseguir verificar pelo site o número de identificação do NIT/PIS/PASEP deverá emitir pelos canais oficiais das agências Caixa Econômica (PIS) ou Banco do Brasil (PASEP);

**IV - Carteira de Identidade (RG)**, com número, órgão expedidor e data de expedição da carteira, ou outro documento de identificação com foto, que contenha todos os dados do RG citados neste inciso (data de expedição do RG, nº do RG, órgão expedidor do RG e identificação e assinatura do responsável pela emissão do documento);

**V - Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral** (<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

**VI - Carteira de Trabalho Profissional**, onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento; **OU Carteira de Trabalho Profissional Digital**, onde conste nome civil, data de nascimento, sexo, nome da mãe, nacionalidade e CPF;

**VII - Comprovante do ano do primeiro emprego**, através da cópia da carteira de trabalho ou Cópia da Carteira de Trabalho Digital ou outro documento que comprove o ano do 1º emprego.

**Caso o candidato nunca tenha trabalhado, deverá apresentar cópia da página destinada ao primeiro emprego na carteira de trabalho (mesmo que não haja registro) ou, no caso**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**da Carteira de Trabalho Digital, apresentar cópia onde conste a informação: “*Nenhum contrato de trabalho encontrado*”;**

**VIII - Comprovante de Residência**, emitido em até 90 (noventa) dias antes da convocação;

**IX - Certificado de Reservista**, estão isentos da apresentação desse documento os candidatos acima de 45 anos de idade, conforme previsão na Lei nº 93.670/1986;

**X - Certidão de nascimento OU Certidão de casamento OU Documento de união estável oficializada**;

**XI - Atestado de Bons Antecedentes**, gerado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo através do endereço:

<https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/xhtml/pesquisaantecedentes.jsf>, emitido em até 60 (sessenta) dias antes da convocação;

**XII - Declaração de não acúmulo de cargos públicos**, no modelo indicado no Anexo III;

XIII - Comprovação da experiência profissional e experiência de estágio, de acordo com as especificações contidas no Anexo II, no item 8 e seus subitens;

XIV - Comprovação da qualificação profissional, de acordo com as especificações contidas no Anexo II, no item 8 e seus subitens.

XV - Diploma da primeira graduação acompanhada do histórico escolar, exclusivo para candidatos que possuem curso de pós-graduação com data anterior ao da graduação apresentada.

XVI - Comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, no item 8 e seus subitens;

XVII - Documentação comprobatória em atendimento à condição de Pessoa com Deficiência, conforme item 4 e seus subitens;

XVIII - Autodeclaração Étnico-racial, exclusivamente para candidatos que se declararam negros no ato de inscrição, conforme Anexo IV;

XIX - Declaração de Pertencimento Étnico, exclusivamente para os candidatos que se declararam indígenas no ato de inscrição, conforme o Anexo V;

XX - Comprovante de conta bancária do BANESTES, apenas para candidatos que já são clientes BANESTES;

XXI - Título de escolaridade não declarado na inscrição, exclusivamente para candidatos que estão enviando título escolar para fins de remuneração.

XXII - Procuração, entrega exclusiva para candidatos que enviarão a documentação ou pretendem formalizar o contrato por terceiros.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**9.6** - Não serão considerados válidos os documentos ilegíveis, rasurados e os que contenham qualquer defeito que impossibilitem a comprovação das informações declaradas.

9.6.1 - A apresentação dos documentos constantes nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII é uma exigência do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

9.6.2 - Em caso de perda, furto ou roubo da carteira de identidade (RG), o candidato deverá apresentar cópia do referido documento acompanhado do Boletim de Ocorrência e do protocolo de solicitação.

9.6.3 - Os candidatos que possuem RG ou outro documento de identificação provisório ou que conste data de validade (conforme inciso V do subitem 9.5), quando vencido, deverão apresentar a cópia do documento com data de validade atualizada.

**9.7** - Na hipótese de não atendimento ou não apresentação da documentação completa prevista no subitem 9.5, o candidato será RECLASSIFICADO.

**9.8** - Os candidatos que tiverem seus documentos deferidos serão notificados via E-Docs, formarão um cadastro de reserva e serão convocados para a formalização do contrato de acordo com a necessidade da Administração Pública.

**9.9** - Os candidatos que forem reclassificados ou eliminados serão informados via E-DOCS e receberão o(s) motivo(s) do indeferimento da documentação.

**9.10** - Constatada, a qualquer momento, pendência na documentação apresentada pelo candidato contratado para fins de atendimento ao subitem 9.5 (exceto inciso XX), o candidato será notificado e terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação da irregularidade, para regularizar a documentação. Caso a regularização não ocorra no prazo estipulado, o candidato terá seu contrato CESSADO.

**9.11** - Constatado, a qualquer tempo, que os documentos apresentados como pré-requisito não estão em acordo com as exigências do item 7 e seus subitens, o candidato será **ELIMINADO** do Processo Seletivo, independentemente de já estar contratado.

**9.12** - A veracidade dos documentos apresentados será averiguada a qualquer tempo, obedecendo ao previsto nos artigos 298, 299 e 304, constantes no Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848/1940, que trata dos crimes contra a fé pública e da falsidade documental.

**9.12.1** - Caso seja constatada fraude de qualquer natureza, o candidato será **ELIMINADO** do Processo Seletivo, independentemente de já estar contratado ou não, respondendo ainda pelo ato juntamente à Corregedoria.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**9.13** - A lista de classificação e a situação de cada candidato que foi convocado para 2ª etapa estará disponível para consulta no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), na aba “Lista de Classificação”, nos termos do subitem 9.2.4.1.

**9.13.1** - Os servidores públicos responsáveis pela convocação deverão seguir rigorosamente a ordem de classificação e fazer o gerenciamento das listagens divulgadas pela SECTI no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br). Aqueles que não cumprirem essa orientação ficarão sujeitos às penalidades previstas na lei.

## **10 – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO – 3ª ETAPA**

**10.1** - Para participação na etapa de formalização do contrato, os candidatos serão convocados por meio de ato específico que será publicado no site [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comparecerem **PRESENCIALMENTE** no CEET para qual realizou inscrição para a escolha da vaga e formalização do contrato.

10.1.1 - O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolher a vaga e formalizar o contrato, poderá fazê-lo por procurador legalmente habilitado.

10.1.2 - A procuração deverá seguir o padrão determinado nos subitens 9.4.1 ao 9.4.3 e ser apresentada na 3ª etapa.

10.1.3 - O candidato que, por qualquer motivo, não comparecer na data e no horário estipulado para o ato de formalização do contrato, será **RECLASSIFICADO**.

**10.2** - O número de candidatos convocados para esta etapa poderá ser superior ao das vagas disponíveis e a convocação não garante a contratação, mas apenas a expectativa de formalização do contrato de trabalho.

10.2.1 - Na hipótese de as vagas disponíveis no momento da convocação serem ocupadas antes do final da lista de classificação divulgada no ato específico, o responsável pelo CEET encerrará a chamada e os candidatos permanecerão na classificação geral do Processo Seletivo sem perda de sua posição.

**10.3** - Para fins de efetivação da formalização do contrato, fica obrigatória a apresentação do documento oficial de identidade com foto do candidato ou do procurador oficializado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**10.4** - O candidato que, no momento da formalização do contrato, por interesse próprio e decisão particular, não assumir a carga horária total oferecida, poderá assinar desistência da vaga, sendo RECLASSIFICADO.

**10.5** - Caso o candidato não assuma exercício na data estabelecida previamente no contrato de trabalho temporário, independentemente do motivo da não assunção, o processo de identificação de posto de trabalho será tornado sem efeito e o candidato **ELIMINADO** do Processo Seletivo.

**10.6** - Após a formalização do contrato e assunção do exercício, não será permitida a desistência durante o primeiro trimestre do ano letivo para formalizar outro contrato referente a outra inscrição realizada pelo mesmo Edital. Identificada a situação, o candidato terá as duas inscrições canceladas, ocorrendo a sua **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo.

**10.7** - Conforme a Emenda Constitucional nº 59/2008, o profissional contratado em Designação Temporária não poderá atuar sob direção imediata de cônjuge, companheira (o) ou de parentes de até terceiro grau civil, ou seja, por consanguinidade (pai, mãe, avô, avó, filho(a), neto(a), irmão(ã), tio(a), sobrinho(a), bisneto(a), bisavô, bisavó) e por afinidade (pais, filhos, irmãos, avós, tio(a), bisavós, sobrinho(a), bisneto(a) do cônjuge).

**10.7.1** - Identificada a possibilidade de ocorrência da situação, prevista no subitem 10.7, no momento da escolha do posto de trabalho e não havendo outra possibilidade de escolha, o candidato será RECLASSIFICADO.

**10.7.2** - A ocorrência da situação prevista no subitem 10.7 será documentada pela Comissão Regional.

**10.7** - Verificada, a qualquer momento, a ocorrência da vedação prevista no subitem 10.12, o contrato formalizado será automaticamente cessado, não sendo permitida a reclassificação do candidato.

## **11 – DAS ATRIBUIÇÕES**

**11 - São atribuições do (a) PROFESSOR (A) ESPECIALIZADO (A) EM EDUCAÇÃO ESPECIAL para atuar nos CEETs:**

**11.1** - apoiar a pesquisa e a assessoria pedagógica e tecnológica, com a produção de recursos didáticos e criação de acervo de materiais, equipamentos específicos e outras tecnologias de





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

acessibilidade para a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial, contribuindo com o suporte técnico/pedagógico aos profissionais da educação para o fortalecimento das ações adotadas no contexto dos CEETs;

**11.2** - atuar em capacitações de profissionais da escola na área de Educação Especial;

**11.3** - atender à comunidade escolar dos CEETs, numa perspectiva de trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais, as famílias e a comunidade escolar em geral, com vistas à inclusão da educação especial;

**11.4** - disseminar a política de inclusão vigente, contribuindo com ações voltadas para a eliminação dos obstáculos que possam surgir no atendimento ao público-alvo da Educação Especial, assessorando os CEETs nas orientações técnicas advindas da SECTI e da Coordenação de Educação Especial;

**11.5** - participar da construção e da execução do Plano de Ação e do Regimento Interno dos CEETs;

**11.6** - orientar e auxiliar na produção de materiais didático-pedagógicos que favoreçam o processo de aprendizagem dos estudantes nas salas de aula comum;

**11.7** - promover, em conjunto com os (as) professores (as) regentes das disciplinas dos Cursos Técnicos, AEE, coordenação e a equipe pedagógica da unidade escolar, as condições para a inclusão dos estudantes que são público-alvo da Educação Especial;

**11.8** - realizar, em parceria com os (as) professores (as) de AEE e equipe gestora das escolas, ações formativas na área de atuação;

**11.9** - participar das reuniões e eventos formativos propostos, pelo CEET e pela SECTI;

**11.10** - orientar as equipes escolares acerca do desenvolvimento de atividades, realizadas ou não com o apoio de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), visando à fruição, pelos (as) alunos (as), de todos os bens sociais, culturais, recreativos, esportivos, entre outros, e de todos os serviços e espaços disponíveis no ambiente escolar, com autonomia, independência e segurança;

**11.11** - apoiar as equipes escolares quanto à interação dos estudantes em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação;

**11.12** - orientar a comunidade escolar acerca da legislação e das normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;

**11.13** - atuar como docente nas Formações Continuidas na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

**11.14** - estimular a relação direta entre alunos (as), ou entre alunos (as) e outros (as) participantes da comunidade escolar, nunca respondendo por nenhuma das partes;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

## **12 – DAS IRREGULARIDADES**

**12.1** – Eventuais irregularidades constatadas no processo de seleção e de contratação de professores (as) em regime de Designação Temporária serão objeto de sindicância, sob a responsabilidade da SECTI, e os infratores estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 231 da Lei Complementar Nº.46/94 (D.O. de 31/01/94).

## **13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**13.1** – O ato de designação temporária para o exercício da função pública de regente de classe é de competência da Gerência de Gestão de Pessoas/SECTI, por proposição das unidades escolares, atendidas as disposições contidas no artigo 2º da Lei Complementar nº 809 (D.O. de 24/09/2015), Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998 e alterações e à Lei nº 5.580, de 13 de janeiro de 1998 e alterações e demais normas contidas neste Edital.

**13.2** – Este processo seletivo terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por até igual período, a partir da data de divulgação da homologação do resultado final, ou enquanto durar a listagem de reserva técnica.

**13.3** – Por necessidade de conveniência da administração, o (a) candidato (a) poderá ser convocado a apresentar todos os documentos originais exigidos para conferência e autenticação das cópias.

**13.4** – Os (As) candidatos (as) estarão sujeitos ao cumprimento do horário de trabalho determinado pela SECTI, no ato de sua convocação e em atendimento à excepcional necessidade das Escolas de Educação Profissional – Centro Estadual de Educação Técnica e dos cursos de Formação Inicial e Continuada promovidos pela SECTI e pelos CEET ou Programa Qualificar ES. Na impossibilidade de cumprimento, o (a) candidato (a) formalizará desistência sendo automaticamente conduzido ao final da lista de classificação.

**13.5** – Os (As) candidatos (as) contratados (as) na condição de portador de deficiência serão avaliados quanto à compatibilidade da deficiência e o exercício da função docente podendo a incompatibilidade resultar na dispensa do mesmo.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SECTI**

**13.6 - A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NÃO HABILITADOS ESTÁ CONDICIONADA À INEXISTÊNCIA DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PREVIAMENTE SELECIONADOS.**

**13.7 – O acompanhamento e a avaliação dos (as) candidatos (as) é de responsabilidade do corpo pedagógico e da Direção da unidade escolar sob supervisão da SECTI/ Gerência de Educação Profissional.**

**13.8 – A avaliação de desempenho do (a) profissional contratado (a) na forma deste Edital, quando for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, resultará na rescisão imediata do contrato celebrado com a SECTI, respeitada a legislação vigente;**

**13.8.1 – O critério de assiduidade será fundamental na avaliação de desempenho do profissional.**

**13.9 – Conforme Art. 35 da Lei nº115/98 a dispensa do ocupante de função de magistério mediante designação temporária dar-se-á automaticamente, quando expirado o prazo, ao cessar o motivo da designação ou, ainda, a qualquer momento a critério da autoridade competente, por conveniência da Administração.**

**13.10 - A reclassificação sempre resultará em pontuação zero em todos os critérios de avaliação. Será permitida somente uma reclassificação ao candidato, considerando todas as etapas deste Processo Seletivo.**

**13.10.1 - O candidato convocado pela lista de reclassificação que não atender a todas as exigências previstas no Edital e no Ato de Convocação será ELIMINADO do Processo Seletivo.**

**13.10.2 - A convocação para a reclassificação utilizará o número da posição inicial do candidato com a nomenclatura “reclassificado”.**

**13.10.3 - O candidato convocado pela lista de reclassificação deverá apresentar a documentação exigida como pré-requisito, demais documentos pessoais e, quando necessário, o maior título de escolaridade para fins de remuneração e enquadramento. Não será necessário apresentar a documentação para comprovar tempo de serviço, de estágio e qualificação profissional utilizada para fins de pontuação.**

**13.12 - O candidato que desejar interpor recurso referente à sua RECLASSIFICAÇÃO ou ELIMINAÇÃO, referente à 2ª ou 3ª etapas, deverá formalizá-lo, com argumentação, por meio da plataforma E-Docs, no site <https://acessocidadao.es.gov.br/>.**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**13.12.1** - O prazo para a interposição de recursos será de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da informação, seguindo o modelo constante no site <http://www.sedu.es.gov.br/>, na área relacionada aos Processos Seletivos, em Passo-a-passo.

**13.12.2** - Não serão analisados pelas Comissões Central e Regional recursos enviados após o período estabelecido no subitem 13.12.1 deste Edital.

**13.12.3** - O recurso é um instrumento disponibilizado para o candidato solicitar a reanálise das decisões tomadas pelas Comissões Regionais na análise da documentação inicial. Dessa forma, não serão analisados novos documentos, retificados ou faltosos, enviados no período de recurso.

**13.13** – De acordo com a legislação processual civil em vigor, fica eleita a Comarca de Vitória foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo simplificado.

**13.14** – Nenhum (a) candidato (a) poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

Vitória, 01 de julho de 2025.

**BRUNO LAMAS SILVA**

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO I**

<b>Cargo</b>	<b>Professor de Educação Profissional e Tecnológica</b>
<b>Modalidade</b>	<b>Sala de aula e Laboratório</b>
<b>ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR AEE</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS: o (a) candidato (a) deverá atender um dos itens abaixo de acordo com o componente curricular escolhido</b>
Professor (a) para o Atendimento Educacional Especializado na área de deficiência mental/intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento (Autismo; Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett).	<ul style="list-style-type: none"><li>Experiência comprovada de, no mínimo, 01 (um) ano como Professor AEE na Educação Profissional de Nível Técnico e/ou Superior</li><li>Licenciatura Plena em Pedagogia (Habilitação Magistério das séries iniciais em nível superior) ou Licenciatura Plena em Pedagogia amparada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, acompanhado de Especialização na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva, com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES ou Curso de Pós-graduação na área de educação inclusiva.</li><li>Curso de nível superior na área da Educação em nível de licenciatura plena com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES, acompanhado de Curso de pós-graduação na área de deficiência mental/intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento.</li></ul>
Professor (a) para o Atendimento Educacional Especializado na área de Altas Habilidades /Superdotação	<ul style="list-style-type: none"><li>Experiência comprovada de, no mínimo, 01 (um) ano como Professor AEE na Educação Profissional de Nível Técnico e/ou Superior.</li><li>Licenciatura Plena em Pedagogia (Habilitação Magistério das séries iniciais em nível superior) ou Licenciatura Plena em Pedagogia amparada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, acompanhado de Especialização na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva, com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES ou Curso de Pós-graduação na área de educação inclusiva.</li><li>Curso de nível superior na área da Educação em nível de licenciatura plena com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES, acompanhado de Curso de pós-graduação na área de altas habilidades/superdotação com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES</li></ul>



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

Professor (a) para o Atendimento Educacional Especializado na área de Deficiência Visual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Experiência comprovada de, no mínimo, 01 (um) ano como Professor AEE na Educação Profissional de Nível Técnico e/ou Superior.</li><li>• Licenciatura Plena em Pedagogia (Habilitação Magistério das séries iniciais em nível superior) ou Licenciatura Plena em Pedagogia amparada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, acompanhado de Especialização na área da Educação Especial ou Educação Inclusiva, com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES ou Curso de Pós-graduação na área de educação inclusiva.</li><li>• Curso de nível superior na área da Educação em nível de licenciatura plena com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES acompanhado de Curso de pós-graduação na área de Deficiência Visual com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES.</li></ul>
Professor (a) para o Atendimento Educacional Especializado na área de Deficiência Auditiva	<ul style="list-style-type: none"><li>• Experiência comprovada de, no mínimo, 01 (um) ano como Professor AEE na Educação Profissional de Nível Técnico e/ou Superior.</li><li>• Licenciatura Plena em Pedagogia (Habilitação Magistério das séries iniciais em nível superior) ou Licenciatura Plena em Pedagogia amparada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, acompanhado de Curso de pós-graduação na área de Libras com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES e/ou Curso Técnico em Libras.</li><li>• Curso de nível superior na área da Educação em nível de licenciatura Plena com certificado emitida por Instituição de Ensino Superior – IES, acompanhado de Curso de pós-graduação na área de Libras com no mínimo 360 h, com certificação emitida por Instituição de Ensino Superior – IES e/ou Curso Técnico em Libras.</li><li>• Licenciatura Plena em Letras Libras.</li></ul>



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO II**  
**CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO**  
**HABILITADOS**

**1. MODALIDADE: EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA**

**I- TEMPO DE SERVIÇO**

<b>TEMPO DE SERVIÇO*</b>	<b>PESO</b>
A) Tempo de serviço na educação especial da Educação Profissional, no período de maio/2015 a maio/2025, excluindo o tempo de serviço apresentado como exigência de pré requisito.	<b>Máximo 120 meses</b> <b>2 pontos a cada 6 meses completos</b>
B) Tempo de serviço como professor (a) regente na educação especial.	<b>Máximo 120 meses</b> <b>1,5 pontos a cada 6 meses completos</b>
C) Experiência de estágio como estudante de curso superior na modalidade de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnólogo.	<b>Máximo de 24 meses</b> <b>0,5 ponto a cada 6 meses</b> <b>Máximo de 1,2 pontos</b>

\*Para efeito de contagem de tempo de serviço 1(um) mês equivale a 30 (trinta) dias trabalhados.

**II- PONTUAÇÃO PARA QUALIFICAÇÕES**

<b>Categoria I - Formação Acadêmica/Titulação</b>	<b>Valor Atribuído</b>
A. Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	20
B. Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	15
C. Pós-Graduação "lato sensu" Especialização em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função, excluindo a titulação apresentada como exigência de pré requisito.	5

<b>Categoria II - Formação Acadêmica/Titulação</b>	<b>Valor Atribuído</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Curso de formação continuada na área de Deficiência Mental/Intelectual e/ou área de Altas Habilidades/superdotação e/ou na área Deficiência Visual e/ou na área de Libras Básico ou Intermediário e/ou proficiência em LIBRAS (PROLIBRAS), com carga horária igual ou superior a 180 horas concluído no período de maio/2015 a maio/2025.</li></ul>	2
<ul style="list-style-type: none"><li>Curso de formação continuada na área de educação com carga horária de 120 a 180 horas concluído no período de maio/2015 a maio/2025.</li></ul>	0,5

\*Os certificados dos cursos da categoria II devem estar em conformidade com o item 8.5 deste Edital. Não serão aceitos certificados com carga horária diferente do estabelecido em cada categoria e subcategoria.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS**

Eu ..... portador (a) do CPF Nº ..... e RG. Nº..... declaro junto a SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, que não exerço cargo, emprego ou função pública (Federal, Estadual ou Municipal) cuja acumulação seja vedada nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, do Art. 222 da Lei Complementar Nº. 46/94 e do Decreto nº 2724-R.

Art. 222 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto de:

- I. Dois cargos de Professor;
- II. Um cargo de Professor e outro de Técnico ou Científico;
- III. Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissão regulamentada;

Estou ciente de que a licença sem vencimentos de cargo efetivo não descaracteriza a hipótese de acúmulo, de acordo com a Súmula 246 do TCU:

*O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias.*

.....- ES, .....de ..... de 2023.

---

Assinatura do Candidato



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO IV – AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO RACIAL**

Eu, ....., abaixo assinado, de nacionalidade ....., nascido(a) em ...../...../....., filho(a) de .....e de ....., estado civil ....., residente e domiciliado(a) à .....CEP nº....., inscrito(a) no CPF sob o nº .....e no RG nº ....., candidato(a) do Processo Seletivo regulamentado pelo Edital nº ....., declaro, junto à **SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** sob as penas da lei, que sou ( ) Preto(a) ( ) Pardo(a).

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal\* e às demais cominações legais aplicáveis.

..... (ES),..... de ..... de .....

.....  
Assinatura do(a) Candidato(a)

*\*O Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade ideológica. Artigo 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de três anos, e multa, se o documento é particular.*



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO**

Eu,....., portador(a) do CPF nº .....  
....., contratado(a) para o cargo de .....  
....., Edital nº ...../2024, declaro ser indígena  
conforme validação do Cacique abaixo.

Eu, .....  
....., Cacique da Aldeia .....  
..... declaro que o(a) candidato(a) acima citado(a)  
pertence a esta Aldeia, localizada na Terra Indígena .....  
....., conhece e respeita a organização  
social, os costumes, as crenças e as tradições da referida comunidade indígena.

.....  
Assinatura do Cacique da Aldeia

.....  
Assinatura do(a) Candidato(a)

...../ES, ...../...../.....



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI**

**ANEXO VI – QUADRO DE CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA**

<b>CEET VASCO COUTINHO</b>	<b>Av. Luciano das Neves, s/n, Centro, Vila Velha/ES</b>
<b>CEET TALMO LUIZ SILVA</b>	<b>R. Padre Anchieta, 250 - Vila Nova De Cima, João Neiva - ES, 29680-000</b>
<b>CEET EMÍLIO NEMER</b>	<b>R. Bernardino Monteiro, 126 - Centro, Castelo - ES, 29360-000</b>
<b>CEET GIUSEPPE ALTOÉ</b>	<b>Rua Principal, s/n, Boa Esperança, Vargem Alta – ES, 29295-500</b>